

Dívida: ricos mantêm pressão

GAZETA MERCANTIL

22 FEV 1991

por Celso Pinto
de Londres

O grupo dos sete países mais ricos (G-7), na sua última reunião, em janeiro, teria examinado, fora de sua agenda de trabalho, o caso da dívida brasileira e decidido manter o Brasil sob pressão para que chegue a um acerto aceitável com os bancos privados.

A informação foi mencionada por uma fonte qualificada a este jornal. Pelo que foi possível apurar, o governo brasileiro já teria tido alguma informação sobre essa questão.

O G-7 reúne os Estados Unidos, Japão, Grã-Bretanha, França, Itália, Canadá e Alemanha. Seus ministros da Fazenda reuniram-se em Nova York nos dias 20 e 21 de janeiro para examinar uma série de questões.

O caso da dívida brasileira não estava incluído na pauta de discussões, mas o assunto teria sido examinado.

Teria havido uma concordância geral de que, embora o governo brasileiro venha mantendo um discurso negociador, na prática não teria demonstrado real disposição de acertar-se com os bancos privados.

Por essa razão, os governos do G-7 teriam concordado que deveriam manter a pressão, no caso de empréstimos oficiais e nos organismos multilaterais, até que o Brasil mudasse de postura, segundo a mesma fonte.

Não foi possível checar a informação junto ao governo britânico ou outros governos do G-7. De todo modo, é bom lembrar que no ano passado, num gesto insólito e sem precedente, o G-7 decidiu mencionar o caso da dívida brasileira num comunicado ao final do encontro que tiveram em Washington durante a reunião anual do FMI e Banco Mundial (BIRD), em setembro.

O G-7 normalmente não menciona casos específicos de países em seus comunicados, mas, neste caso, não só referiu-se ao Brasil como o fez em termos duros, indicando sua insatisfação pelo fato de o País não ter-se acertado com os bancos privados. Tendo em vista esse precedente, não é estranho que o G-7 tenha voltado a examinar a questão da dívida brasileira na sua reunião seguinte, em janeiro.

(Continua na página 23)

GAZETA MERCANTIL

Dívida: ricos mantêm...

por Celso Pinto
de Londres

(Continuação da 1ª página)

Depois da reunião do G-7 de janeiro, houve movimentos importantes na negociação da dívida brasileira. Na semana passada, o negociador brasileiro, Jório Dauster, apresentou aos bancos, em Nova York, uma nova proposta que aproxima mais os dois lados. O Brasil havia oferecido pagar 15% dos juros atrasados até dezembro do ano passado. Os bancos haviam fixado seu pedido em 33%. A nova proposta brasileira teria elevado a oferta do País de 15 para 19%.

A primeira reação dos bancos pareceu positiva, mas há dúvidas de que a negociação tenha, finalmente, entrado numa fase de discussão operacional e não de princípios. Sir William Harding, do "board"

não-executivo do Lloyds Bank (junto com o Midland, os dois maiores credores do Brasil na Grã-Bretanha) e presidente da Câmara Brasileira de Comércio na Grã-Bretanha, não está seguro sobre a evolução das conversas.

Sir Harding disse a este jornal que embora as negociações continuem, nem todos os bancos credores consideraram o movimento brasileiro suficiente. Alguns bancos norte-americanos, em especial, estariam relutantes em fechar negócio com o Brasil nos termos apresentados e estariam dispostos a manter sua posição.

O Brasil, além de ceder algo em sua proposta original para os atrasados, comprometeu-se, unilateralmente, em pagar um terço dos juros devidos a partir de janeiro deste ano. Do ponto de vista de Brasi-

lia, estas são provas claras de flexibilidade, mas para alguns bancos e alguns governos credores, ainda haveria dúvidas sobre a real disposição brasileira.

A fonte que mencionou a informação sobre o G-7 disse que para alguns governos desenvolvidos o problema da dívida brasileira deveria ser tratado com rigor. O Brasil estaria, segundo este raciocínio, sendo insensível para entender a conjuntura delicada do sistema bancário internacional e estaria desafiando princípios para a negociação da dívida. Manter o Brasil sob pressão tem um custo: quanto mais longe de um acordo com o Brasil, por exemplo, mais os bancos vêem os empréstimos ao País perderem valor no mercado secundário. Mesmo assim, valeria a pena pagar o preço no caso do Brasil.